

CITIZENSHIP AND SOCIAL INCLUSION THROUGH THE ACCESSIBILITY OF PERSONS WITH DISABILITIES

Gabriela Pires da Silva, Tainara Kuyven, Tarcisio Dorn de Oliveira

Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI

Departamento de Engenharia Civil, – Ijuí – RS

gabrielapires@outlook.com, taia-kuyven@hotmail.com, tarcisio_dorn@hotmail.com

Abstract. Research the term accessibility refers to the actual concepts of citizenship and social inclusion, since citizenship is a matter of exercising their rights as citizens and social inclusion is that these rights are implemented, without any form of exclusion of an individual from society for whatever is the reason in this work it is the accessibility for people with disabilities. In this scenario, the study has evaluated the public accessibility for people with physical disabilities. The research involves literature surveys aiming to improve understanding of the topic. Thus, research has shown that since its inception, society always unfitted the disabled, deprived in some cases, simple rights, such as " come and go ", that is, preventing the handicapped to frequent establishments due to inadequate or even non-existent accessibility, it follows then that it is necessary to create a safe and orderly environment that offers everyone the opportunity to participate in society.

Palavras - Chave: *Acessibilidade, Cidadania, Inclusão Social.*

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação teórica intenta abordar questões sobre mobilidade e acessibilidade, através de conceitos básicos e fundamentais para o bem estar de toda a comunidade garantindo o direito de locomoção a todas as pessoas, criando um ambiente mais inclusivo e proporcionando melhor qualidade de vida aos cidadãos, instigando algumas reflexões sobre a cidadania e inclusão social.

Para Sasaki [1], o termo acessibilidade nasceu na década de 1940, com o surgimento dos serviços da reabilitação física e profissional, estendeu-se pela sociedade nos anos de 1950, atingiu o meio acadêmico na

década de 1960, transpôs a preocupação com as barreiras arquitetônicas na década de 1970, ampliou-se aos projetos arquitetônicos em 1980 e, por fim, expandiu-se com o desenho universal na década de 1990.

Este conceito ampliou-se e, atualmente, a acessibilidade configura-se como um paradigma da inclusão, pois entende-se que as barreiras são mais complexas e vão além da questão mobilidade [2]. Dessa forma, é uma grande evolução para a sociedade, principalmente para as pessoas com deficiência no âmbito escolar, quando o termo de acessibilidade deixa de só se referir as barreiras arquitetônicas e sobrevém a ideia de acessibilidade como o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços a disposição na sociedade.

O conceito de acessibilidade está relacionado aos conceitos de inclusão social e de cidadania. Assim, a acessibilidade é uma questão de exercício de cidadania, vista como exercício do acesso à cidade oferecendo possibilidades de interpretações: pelo lado do acesso ao meio urbano pode-se observar a luta pela moradia, serviços urbanos, saúde pública dentre outros; pela ótica das pessoas que lutam por acessibilidade ao meio físico desperta-se as questões das barreiras arquitetônicas e ambientais, que impedem o acesso das pessoas com dificuldade de locomoção aos bens e serviços públicos e de uso público, como por exemplo os ambientes escolares [3].

2. METODOLOGIA

Na elaboração deste ensaio teórico observou-se o estudo exploratório, onde tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito. Pode-se dizer que esta pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. No caso, a pesquisa em questão, envolveu um levantamento bibliográfico que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, pois a partir dos dados obtidos, realizou-se análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão sobre o tema, transcrevendo as discussões e resultados de maneira simples e direta através de informações relevantes.

3. RESULTADO E DISCUSSÕES

A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade, onde essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas [4]. Nessa perspectiva, até os dias de hoje, muitos estudantes, funcionários e professores enfrentam comumente limitações em sua vida diária, onde essas limitações estão intimamente relacionadas a problemas de acessibilidade em seus locais de estudo ou trabalho, ou seja, às condições que permitam o exercício da autonomia e a participação social do sujeito, podendo interferir ou prejudicar no seu desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico, contribuindo para a sua exclusão social [5].

O termo acessibilidade, historicamente, tem sua origem na década de 1940, para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência vinculada ao surgimento dos

serviços de reabilitação física e profissional, onde inicialmente era descrita como condição de mobilidade e eliminação das barreiras arquitetônicas e urbanísticas, numa clara alusão às condições de acesso a edifícios e meios de transporte [6] [7].

Carniel *et al.* [2] ressalta que pessoas com deficiência enfrentam comumente limitações em sua vida diária, limitações que estão intimamente relacionadas à problemática da acessibilidade, ou seja, às condições que permitam o exercício da autonomia e a participação social do sujeito, podendo interferir ou prejudicar no seu desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico, contribuindo para a sua exclusão social. Assim, nos últimos anos, muito se tem falado na acessibilidade para as pessoas com deficiência, porém poucos são os estudos e pesquisas sobre a sua efetiva realização dentro do contexto diário da vida urbana.

No Brasil o Censo [8], mostra que 6,2% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, dentre os tipos de deficiência estão a auditiva que representa 1,1% da população, visual, a qual possui o mais alto índice populacional atingindo 3,6% dos brasileiros, a física com uma porcentagem de 1,3% da população e a intelectual que possui o menor índice do país sendo de 0,2%. A porcentagem da população com algum tipo de deficiência é bem significativa, a qual traz a necessidade de locais com espaços acessíveis e adaptáveis.

As dificuldades são imensas para sensibilizar executivos de empresas privadas, técnicos de órgãos públicos e educadores sobre essa questão, onde um sentimento de omissão aparece, consciente ou inconscientemente, em técnicos, executivos e burocratas, quando necessitam decidir sobre o atendimento às necessidades dos portadores de deficiência [4]. Dessa forma, observa-se que em estados e municípios, não existe uma política efetiva de inclusão que viabilize planos integrados de urbanização, de acessibilidade, de saúde, educação, esporte, cultura, com metas e

ações convergindo para a obtenção de um mesmo objetivo: resguardar o direito dos portadores de deficiência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem [4]. Entretanto, observa-se que a tendência da política social das passadas duas décadas consistiu em promover a integração, a participação e o combate à exclusão, onde a inclusão e participação são essenciais à dignidade e ao desfrute e exercício dos direitos humanos.

Zabala (1998) complementa que para aprender é indispensável que haja um clima e um ambiente adequados, constituídos por um marco de relações em que predominem a aceitação, a confiança, o respeito mútuo e a sinceridade, onde a aprendizagem é potencializada quando convergem as condições que estimulam o trabalho e o esforço. Então, é preciso criar um ambiente seguro e ordenado, que ofereça a todos os alunos a oportunidade de participar, num clima com multiplicidade de interações que promovam a cooperação e a coesão do grupo.

Bueno [9], afirma que a acessibilidade passa a abranger novas dimensões que envolvem aspectos importantes do dia-a-dia das pessoas, tais com rotinas e processos sociais, além de programas e políticas governamentais e institucionais, onde a implementação de uma sociedade para todos implica na garantia de acessibilidade em todas as suas dimensões. Dessa forma, uma sociedade acessível é pré-requisito para uma sociedade inclusiva, ou seja, uma sociedade que reconhece, respeita e responde às necessidades de todos os seus cidadãos [9].

5. REFERÊNCIAS

[6] ARAÚJO, Carolina Dutra de; CÂNDIDO, Débora Regina Campos

Cândido; LEITE, Márvio Fonseca Leite. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Revista Licere, v. 12, n. 4, 2009.

[9] BUENO, C. L. R.; PAULA, A. R. Acessibilidade no mundo do trabalho. São Paulo: SORRIBRASIL, 2007.

[2] CARNIEL, Luciane; PACHECO, Wagner Artemis; LINDEMAYER, Cristiane Kroll; SILVA, Larissa Dall' Agnol da. Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. Revista Ciência em Movimento. Ano XII, n. 23, 2010.

[8] IBGE. CENSO Demográfico, 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013.

[4] MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. Perspectiva, v. 14, n.2, p.51-56. 2000.

[1] SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.

[3] SILVA, I. A. Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 107f. Dissertação Mestrado em História. Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

[7] TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. Ciência da Informática, n.31, p. 83-91, 2002.

[5] WAGNER, Luciane Carniel et al. Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. Ciência em Movimento, Porto Alegre, v. 12, n. 23, p.55-67, maio 2010.